

AS ORIGENS DAS CORRENTES: GÊNESE DA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA

Resumo: Este artigo pretende analisar a formação social brasileira, a luz de autores que produziram estudos sobre a constituição do Estado brasileiro e formação social de outros países da América Latina, usando este pano de fundo para melhor entender a Política Socioeducativa, tal como organizada na contemporaneidade, a partir dos marcos legais que definem as estratégias de garantia de direitos e de responsabilização dos adolescentes para os quais se atribui a autoria de ato infracional. Partimos da análise de uma formação social impregnada pelos parâmetros colonizadores e, portanto, tendo o racismo enquanto uma questão transversal a sua existência. Evoca-se o olhar para o desenvolvimento do sistema capitalista e suas estratégias de garantia de um ordenamento social interessante a uma única classe. É neste cenário que se constroem políticas públicas e que se sustentam práticas conservadoras para o tratamento das múltiplas expressões da questão social, sendo a Socioeducação apenas uma delas.

Palavras chaves: Formação Social Brasileira; Adolescências, Políticas Públicas, Socioeducação e Raça.

Abstract: This article intends to analyze the Brazilian social formation, in the light of authors who produced studies on the constitution of the Brazilian State and the social formation of other Latin American countries, using this background to better understand the Socio-Educational Policy, as organized in contemporary times, from the legal frameworks that define the strategies for guaranteeing the rights and accountability of adolescents to whom the authorship of an infraction is attributed. We start from the analysis of a social formation impregnated by colonizing parameters and, therefore, having racism as a cross-cutting issue in its existence. It evokes a look at the development of the capitalist system and its strategies to guarantee a social order that is interesting to a single class. It is in this scenario that public policies are built and that conservative practices are sustained for the treatment of the multiple expressions of the social issue, with Socio-education being just one of them.

Keywords: Brazilian Social Formation; Adolescence, Public Policy, Socioeducation and Race.

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

1. Introdução:

Este trabalho intenciona visitar a gênese social da Política Socioeducativa, sobretudo observando o contexto socioeconômico que forja adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa, a luz da formação histórica do estado brasileiro e seu percurso de consolidação enquanto uma sociedade capitalista, capaz de elaborar e sustentar as contradições da relação entre capital e trabalho, expressas nas estampas da pobreza experienciadas pelo conjunto majoritário da população, uma vez descapitalizados e não ocupantes das estruturas de poder. Dessa forma, a perspectiva teórico-metodológico de abordagem de análise se sustentará no método histórico dialético.

Para melhor compreensão da discussão proposta, é pertinente darmos nitidez ao elemento Socioeducação, considerando este enquanto uma política que envolve alguns processos de requerimentos e entregas ao adolescente acusado de cometimento de ato infracional, a luz de legislações que formatam esta política, que se ressignificaram no curso do desenvolvimento da história da infância e adolescência brasileira, a partir das lutas e dos movimentos sociais e políticos que introduziram paradigmas que ultrapassaram as concepções mais conservadoras de atenção a este público. Atentamos ainda para a Socioeducação enquanto uma política historicamente pensada para solucionar um “problema social” que, na esteira da proteção social, ainda lhe resta práticas institucionais impregnadas de referências pejorativas para este adolecer estigmatizado. Dessa forma, trataremos da Socioeducação, objetivamente, enquanto uma política consolidada nacionalmente para a proteção social e responsabilização do adolescente para o qual se atribui a autoria de ato infracional, dados os parâmetros legais do Estatuto da Criança e do Adolescente¹ e do Sistema Nacional Socioeducativo².

Observando os estudos de perfil nacional e regionalmente (Estado do Rio de Janeiro) construídos pelas instituições que executam e fiscalizam a execução dos Serviços Socioeducativos (Ministério do Desenvolvimento Social, da Família e de Combate à Fome – recentemente renomeado; Ministério Público, Secretarias Estaduais e Municipais de

¹Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990

²Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

Assistência Social), observamos uma Socioeducação composta por adolescentes e jovens majoritariamente negros, em situação de pobreza e socialmente expostos a violência³.

Falamos então de sujeitos em desenvolvimento, em contextos múltiplos de atendimentos por políticas públicas que entregam o que se dispõe em sua essência, uma vez analisadas suas estruturas para além da aparência imediata que representam uma suposta proteção e integralidade na garantia de direitos. Reside nesta análise a exata contradição da categoria “desenvolvimento” no contexto das discussões sobre a infância e adolescência. A legislação que alça crianças e adolescentes ao topo de um paradigma de proteção integral, ao lhes definir como sujeitos de direitos em processo de desenvolvimento e, ainda, que atribui e sublinha a participação do Estado para este “desenvolvimento”, cumpre seu papel ao assegurar legitimidade às concepções vanguardistas de proteção. Contudo, dada a sua condição de ordenamento legal, requer a intervenção de atores públicos politizados que permitam o desenvolvimento de políticas e práticas que reduza a condição de pobreza e miserabilidade nas quais estão inseridas a classe trabalhadora. Este processo de negação das garantias legais para manutenção da condição da pobreza, é retrato da perpetuação das práticas conservadoras de estruturas da classe dominante, característica que resgata a história da formação social do Brasil.

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: RECONHECENDO OS GRILHÕES

Desde a invasão do território brasileiro por portugueses colonizadores, vivencia-se neste solo a construção e, posteriormente, a continuidade de uma estrutura hierarquizada de poder, cujas as bases indicam a manutenção de privilégios em estratos definidos e definidores da sociedade. Conforme aponta a história, o Brasil se constituiu enquanto colônia de Portugal a partir da exploração de seus recursos naturais, através do uso da mão de obra de homens e mulheres negros escravizados trazidos da África, a partir a expropriação de suas terras originárias, bem como da expropriação de sua própria condição humana.

A objetificação de corpos negros, comercializados para atender a interesses de grupos de exploradores portugueses e a condição de coisa atribuída a esses sujeitos, identificada pela premissa da inferioridade, em múltiplas dimensões e essencialmente construída pela diferença na cor da pele, sustentaram séculos de escravidão no Brasil e alimentam as posições e

³Perfil dos Adolescentes e Jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro. CAO Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

compromissos racistas atuais, reiterados cotidianamente pela ideologia do supremacismo branco.

Nesse contexto de escravização de seres humanos pretos, desenvolvia-se um Brasil colônia de exploração, que escoava toda a produção fruto da exploração da mão de obra escrava e da expropriação de terras indígenas, para a sua metrópole. Conforme aponta Fernandes,

O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado “antigo sistema colonial.” (...) Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e transmitir posição social através da linhagem europeia (2009, p.22).

Essa forma de organização econômica e de estratificação social que define possuidores e despossuídos, consolidou a base da formação social brasileira, dando-lhe características, funcionamento e aprisionamentos que se reproduzem ao longo do desenvolvimento de sua trajetória enquanto Estado. O processo de “abolição” da escravatura, que teve como fator correspondente o desenvolvimento de novos processos de produção e organização da economia, culmina na entrega de mulheres e homens negros “supostamente” libertos dos senhores de escravos a má sorte da sociedade branca hierarquizada.

Usamos o termo “supostamente”, pelas diversas análises históricas que evidenciam a necessidade do negro, ainda que liberto, atrelar-se aos mandos e desmandos do “ex-senhor” de escravos para sua subsistência, uma vez que foram lançados às explorações de continuidade, porém com as supostas atualizações da liberdade, levando ao que Nascimento (2019, p.87) caracteriza como (mais) uma forma de genocídio do povo negro registrando que “apropriadamente alcunhada como “Lei Áurea” (para brancos), a abolição da escravatura consistiu num ato de natureza exclusivamente jurídica, sem raízes na verdadeira luta dos escravos contra o regime opressor e espoliador”. Voltar o olhar para a abolição da escravatura e seus momentos e movimentos nos permite resgatar aqui também a resistência do povo

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

negro, enquanto “maioria minorizada”⁴ que canta em samba: “Brasil, o seu nome é Dandara e tua cara é de cariri. Não veio do céu nem das mãos de Isabel: a liberdade é um dragão no mar de Aracati.”⁵

A prática de exploração do trabalho das etnias originárias, misturada a sistemática de seu extermínio, associada a escravização de homens e mulheres pretos africanos, também reiteradamente exterminados pelo movimento violento de retirada de suas terras combinado ao traslado insalubre, agressivo e sonegador de humanidade nos navios negreiros, capaz de impedir a preservação da vida, atendiam exclusivamente as necessidades da Coroa Portuguesa, e assim consolidava um grupo com poderes infundáveis que se apropriou da condição de supremacia social e econômica. A economia colonial destinava-se a exportação de manufaturas à metrópole e a subsistência dos povos explorados. Neste contexto de emprego de força e violência para manutenção dos estamentos, forma-se uma sociedade que se constitui no estado brasileiro e que se remenda com arranjos próprios do desenvolvimento de sua história, mantendo-se em todas as etapas, uma formação social e econômica que concentra renda e poder, apenas, em uma minoria da sociedade. Conforme historiciza Ianni:

(...) a medida que se formava e desenvolvia o Estado Nacional, organizava-se o aparelho estatal de modo a garantir o regime de trabalho escravo. Depois, à medida que o regime de trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho livre, os grupos e as camadas dominantes reorganizaram o aparelho estatal de modo a garantir o predomínio de seus interesses, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos, negros, índios, imigrantes (1984, p.13).

Este traço da formação social brasileira conduz as análises políticas sobre a transição para o Brasil politicamente independente de Portugal. A perspectiva do conjunto de atividades econômicas internas no Brasil colônia terem como eixo o mercado externo, fornecendo ao mercado internacional produtos da economia brasileira, não se dissolve com a independência política, revelando uma ausência de ruptura com o estatuto colonial de forma nuclear e radical. Permanecem, neste processo de transição política as estruturas de poder que se baseiam na dominação de uma única classe (aquela que concentra renda) sob a maioria da população subalternizada.

O caminho entre a economia colonial e a economia mercantil, foi pavimentado pelo movimento de continuidade das forças sociais de opressão e de retenção minoritária do poder econômico. De acordo com Ianni (1984, p.14), “o estado oligárquico, vigente durante a

⁴ Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade: SANTOS. Richard. Telha. Rio de Janeiro. 2020.

⁵ Samba de Enredo. Estação Primeira de Mangueira, 2019.

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

Primeira República, em 1889-1930, é todo ele marcado pelo arbítrio dos governantes contra setores populares que se organizavam para reduzir a exploração; ou lutavam para avançar em conquistas democráticas”.

A transição da economia colonial para a economia nacional em processo de absorção do modelo econômico capitalista não alterou o que Fernandes (2009) definiu como a “tradição colonial aberta”, ou seja, manteve o padrão estruturante de concentração de renda através dos mecanismos de exploração e exportação de mercadorias, sem promover o movimento que ele descreveu como fundamental para um outro desenvolvimento, que seria: reter e distribuir nacionalmente a riqueza produzida. Ao analisar o processo de manutenção da concentração de renda, o autor aponta um outro produto desse contexto de transição econômica que é a retenção de prestígio social e poder nos núcleos hegemônicos de dominação. Indica ainda mais um ponto importante nesse trajeto, que se revela na manifestação de um colonialismo interno, dada a herança da exploração externa balizadora do estado brasileiro e definidora da condição subalternizada de parcela da população no ordenamento social, econômico e político.

Neste processo de concentração de renda, prestígio social e poder, firmando o estabelecimento de minorias privilegiadas e majorias empobrecidas e exploradas pela venda de sua força de trabalho, traz a pauta a consolidação da sociedade de classes, onde o privilegiamento de grupos dominantes encontra-se socialmente arraigado. Neste contexto, Fernandes (2009) nos indica que a descolonização na América Latina e a transição para o modo de produção capitalista, não se processa em passos rápidos, salvo no que diz respeito a orientação política, mas sim

(...) acompanha as peripécias dessa evolução e só atinge proporções históricas quando se completa o aburguesamento das oligarquias e sua hegemonia começa a ser contestada econômica, social e politicamente. Aí aparecem novos grupos de poder burgueses e a configuração de uma sociedade de classes se torna nítida (FERNANDES, 2009, p.56).

Nesta conjectura de análise da formação social brasileira, à luz dos autores que orientam a discussão, nos encontramos com a origem do perfil social do adolescente socioeducando. Ele é gerado a partir de uma sociedade onde pessoas negras sempre estiveram em total condições de desvantagem e coisificação. Ele é o produto dos esforços das minorias privilegiadas na conservação de suas vantagens. É a figura da sabotagem perversa, contínua e, portanto, atual de exclusão do prestígio social e do poder, já que não concentra renda. Ele é fruto no navio

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

negreiro e, dessa forma, segue subjugado a uma outra classe, estruturando o que Fernandes (2009, p. 45), por ocasião dos estudos históricos sobre o capitalismo dependente na América Latina, classificou como “massa de despossuídos condenados a níveis inferiores de subsistência, desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza, ou à miséria, à marginalidade socioeconômica, à exclusão cultural e política etc.”.

É neste contexto de uma construção social histórica pautada em invasão e na exploração social e econômica dos trabalhadores, que se sustenta hoje a manutenção de um Estado brasileiro composto por essa mesma massa trabalhadora, subalternizada e empobrecida. Mantemos o padrão de expropriações de direitos, o que assegura a miserabilidade de famílias “naturalmente” chefiadas por mulheres negras que seguem tentando organizar a criação de seus filhos, encarando os conflitos de assegurar existência em uma sociedade de privilégios.

As iluminações da Ângela Davis (2009), no livro “O sentido da Liberdade” ao pensar o contexto norte americano de encarceramento, transborda na indicação da necessidade de mantermos, ainda no século XXI, os movimentos abolicionistas, uma vez que seguimos (ultrapassando limites estadunidense) acorrentados aos prejuízos do subjugamento de raça. A hipótese de não continuarmos provocando e intencionando movimentos abolicionistas asseguram a continuidade de políticas conservadoras e de interesses restritos. Propõem então que nos lancemos a um “movimento abolicionista moderno” que envolva a “criação de novas instituições que efetivamente abordem os problemas sociais que levam as pessoas à prisão” (DAVIS, 2022, p.42). Esta é a analogia sincrônica das instituições de encarceramento atuais com todas as formas de escravização já experimentadas pelo povo preto. O que são as instituições socioeducativas, se não formas legais de encarceramento de uma juventude preta, pobre, que constrói o ato infracional nas extremas vulnerabilidades e violências vivenciadas, carecendo de movimentos abolicionistas modernos?

Apontar os signos da pobreza da classe que vive do trabalho requer essas as análises da formação social brasileira, entendendo que a preservação de uma classe pobre é fundamental para a fidelização social e econômica da sociedade brasileira aos interesses particulares da burguesia, consolidados a partir da revolução brasileira que se construiu como um processo pautado no estancamento das perspectivas de transformação social, repelindo movimentos capazes de provocar uma outra ordem social e econômica.

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

As diferentes construções teóricas para a revolução brasileira que perpassam as próprias interpretações dos movimentos de esquerda, dialogam, interrogam e apontam caminhos que resgatem o surgimento de um Estado a partir de um processo de exploração externa, com centralidade nas características agrárias do país.

Recorremos a crítica de Prado Junior (2014) que reforça a necessária dedicação aos estudos e interpretações que atrelam os fatos a teoria, para um posicionamento assertivo no que tange a uma produção teórica que contemple analiticamente as peculiaridades do caso brasileiro.

Nessa perspectiva de análise que pesa e administra a subjetividade dos processos históricos construídos, Prado Junior, reage criticamente ao arrolamento das condições da revolução brasileira ao patamar Europeu, somente pelo acesso e ajustes às críticas e teorias marxistas, indicando a riqueza da construção de um exame que se impregnasse pelo percurso individual, reforçando a análise dos fatos para então provocarmos o seu enlace as estas teorias e críticas, capazes de produzirem um justo olhar sobre a revolução brasileira. Neste caminho, reforça a economia pautada no sistema agrário, sustentada na exploração da terra e da mão de obra escravizada, voltada integralmente para atender as necessidades do mercado, sublinhando a especificidade do atendimento a um mercado externo, em primeira ordem. E dessa forma, aponta como caminho o entendimento de que a economia brasileira, a partir da independência política de Portugal, já foi forjada no capitalismo mercantil. Nesse contexto, grifamos o caráter originário da economia brasileira, estruturada em uma produção de base voltada para atender aos interesses estranhos as necessidades da nação, sustentada a partir das relações de trabalho na agropecuária brasileira, com remanescentes importantes do sistema escravocrata, o que nos evoca a destacarmos a consideração de que

É sem dúvida a função exclusiva a que originariamente se destinou a economia brasileira que condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, e que ainda se mantém sob muitos aspectos, a saber, o fornecimento de mercados externos, é isso que forma as raízes e constitui a base de penetração e dominação imperialista em nosso país. Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo se constitui a etapa atual. A expansão internacional do capitalismo europeu, e em seguida norte-americano, encontrou assim preparado o caminho e abertas as portas para a sua penetração no Brasil.

E embora aqui não se insinuasse diretamente, em escala apreciável, na produção das matérias primas e gêneros alimentares de exportação, o imperialismo intervém na comercialização desses produtos, bem como em atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento dela e o transporte dos produtos (PRADO JUNIOR, 2014,p.84).

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

Balizado neste contexto, que trata da revolução brasileira como um processo enraizado nas estruturas que centralizam o poder, contando com as memórias vivas do sistema colonial que detém as formas e mecanismos para manter este poder organizado nos mais altos patamares da sociedade, constrói-se o terreno da revolução brasileira, preservando-se, sobretudo, a exploração do trabalho, mola mestre do sistema capitalista.

Dadas as condições desta formação social e econômica do Brasil, que nos exige, reiteradamente, tratarmos de sua tradição servil aos agentes externos, fruto das múltiplas explorações compreendidas como um fenômeno que se estende a América Latina, guardadas as particularidades intrínsecas ao subjetivo de cada Estado, constitui-se um país dependente economicamente e subdesenvolvido, uma vez que sua organização política e econômica vincula-se ao atendimento às demandas exteriores e à pactuações que favorecem exclusivamente as necessidades internacionais de mercado.

Mantém-se então uma classe trabalhadora desapropriada dos meios de produção; explorada em sua condição subalternizada; destinada a disputa por espaços de trabalho manipulados pelo ordenamento capitalista, que no avançar de seu processo baseado na industrialização, otimiza seus lucros pela exploração da mão de obra de homens e mulheres e gera um conjunto de trabalhadores tão desprovidos que se submetem as mais intensas e deploráveis explorações humanas. Essa engrenagem que desenvolve as forças capitalistas no Brasil a partir do contexto de sua formação social, demonstra a articulação contínua e intencional das proposituras do passado com o presente, cunhando um país que Fernandes (2009, p.12) descreve como “maneiroso, cuja história se desenrola lentamente, sem rupturas e mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas via conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da contrarrevolução”, alcançando um processo de revolução caracterizada pelo atendimento aos interesses da burguesia que se formou, na esteira do desenvolvimento capitalista.

Novos arranjos e organizações produtivas e, conseqüentemente, o avanço de um outro sistema econômico, contudo atrelado ao antigo mecanismo de exploração da força de trabalho e expropriação dos meios de produção, conjugam o arcaico com o novo, forjam uma economia de capitalismo dependente e reforçam as características do subdesenvolvimento, uma vez que a continuidade das exportações sem métrica que lhe vinculasse ao desenvolvimento interno da economia, conjugada a exploração da terra e fornecimento de matérias primas, por meio de maquinário não mais interessantes às economias desenvolvidas,

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

avalizam o subdesenvolvimento econômico como a força motriz de uma sociedade que não pretende um outro ordenamento social, prevendo-se a manutenção do lucro pela exploração do trabalho, concentrado em um núcleo minoritário da sociedade, ou seja, na classe social que se apropria da renda produzida a partir da super exploração do trabalho.

No percurso de transição da economia baseada na agricultura e no poder dos latifundiários para a economia industrial burguesa, mantém-se um modelo oligárquico que defende os interesses de uma única classe e de acordo com Oliveira (2003, p.63), “ao contrário da revolução burguesa clássica, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais”. A preservação de mecanismos, estratégias e processos nas estruturas que formataram a sociedade brasileira, fundindo as formas de se organizar do modo de produção capitalista, a partir do mote da dependência externa, formatam o arranjo da sociedade subdesenvolvida brasileira.

A formação social brasileira, conforme conduzida e investida de intenções, concorreu para a consolidação de um estado onde a centralidade da acumulação fosse seu pilar e, portanto, fermentou o bolo da exploração humana pelo trabalho, gerando uma riqueza que não pertence a quem a gera, o que é próprio do modo de produção capitalista, que impulsionou o processo de abolição da escravatura, uma vez que o próprio capitalismo exige trabalho assalariado, já que é dele que se extrai a mais valia capaz de gerar mais acumulação.

O avanço do modelo econômico, social e cultural capitalista no que tange a ampliação dos mercados das grandes potências internacionais junto aos países periféricos, pela via da dependência econômica, sobretudo dados aos sistemáticos empréstimos que se traduzem em uma dívida externa sem interesse de ser minorizada, traz a cena um Brasil em que as questões econômicas o fazem sucumbir às explorações e expropriações da classe trabalhadora, próprias da gênese capitalista.

No desenrolar de uma sociedade brasileira industrializada, reforçamos também o entendimento de Fernandes (2009) sobre o amadurecimento do capitalismo na América Latina, que para ele se daria a partir do elo entre a ruptura e a continuidade com o antigo sistema, uma vez ser improvável uma descolonização integral pela necessidade de se modernizar estruturas colonizadoras que nutrem o processo de acumulação. E assim desenvolve-se uma classe trabalhadora que experencia a pobreza e a miséria, formada pelos

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

negros que foram escravizados, imigrantes europeus, nordestinos migrantes, em busca de oportunidades que lhe permitam a sobrevivência.

Cabe olharmos brevemente para nosso momento presente pelas lentes do passado, já que ainda nos deparamos (rotineiramente) com o arcaico se conjugando com o novo, montando uma operação que podemos considerar cíclica, com uma capacidade de continuidade ainda sem limites, já que são com os descendentes destes homens e mulheres negras que foram escravizados, que nos defrontamos ao analisarmos os atores que experimentam as múltiplas expressões da questão social e vivenciam a Socioeducação. São eles que, em maioria, compõe a classe que vive do trabalho e que assumem posições rasas do mercado formal ou informal de trabalho e, não por caso, enfrentam o encarceramento socialmente elaborado para cuidar de pessoas pretas.

Nesse contexto estão os adolescentes socioeducandos nas análises superficiais inscritos como atores sociais frutos de experiências cíclicas ou de “padrões de repetição familiar”, subestimando-se o padrão de repetição das políticas públicas, inseridas em diferentes contextos históricos. Uma vez que a história social e econômica do país, tal como temos analisado, não se rompe, aloca-se estes sujeitos no espaço do “padrão de repetição familiar” encerrando neles a responsabilidade pelas trajetórias construídas. Sujeitos assalariados enquanto proprietários apenas da força de trabalho dependem integralmente dos proprietários dos meios de produção para a sua sobrevivência e, portanto, são submetidos ao moinho das explorações.

O avanço da industrialização, e portanto do capitalismo industrial, baseado na contínua expropriação dos trabalhadores dos meios de produção; a exploração de sua força de trabalho a partir das longas jornadas capazes de extração da mais valia pelo empresário capitalista; a necessidade de novos mercados externos pelas potências internacionais formadas pelos Estados Unidos e países europeus conduzindo a uma nova partilha do mundo por colônias; combinados com o percurso da livre concorrência até a formação dos grandes monopólios vinculado ao processo de bancarização - que na fusão entre capital industrial e capital bancário produz um outro traço fundamental do desenvolvimento desse sistema, qual seja: o capital financeiro - delineiam o desenvolvimento do regime capitalista até sua fase imperialista que, conforme aponta Lenin (1984), não é se não o estágio monopolista do capitalismo a partir da concentração da produção e do capital em um patamar muito elevado. Contudo, o avanço da industrialização se deu nos países periféricos, como no caso brasileiro,

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

sem conflito com o imperialismo, dada as condições da economia historicamente voltada para o centro capitalista enquanto fornecedor de matéria prima e gêneros alimentícios.

Neste contexto imperialista de vivência das economias periféricas as classes trabalhadoras tornam-se então ainda mais expostas às desigualdades sociais produzidas pelo acirramento da contradição entre capital e trabalho. Socialmente imputa-se valores desta mesma classe que retém o poderio econômico, e subalterniza-se as práticas, os hábitos, a religiosidade e as vivências que fogem ao perfil social e econômico da classe que não concentra renda e prestígio social.

Assim, o capital monopolista é ativo também na esfera social e cultural, produzindo subjetividade no que tange ao próprio desenvolvimento das forças de trabalho, contudo, com unicidade mundial quanto a intenção e dinâmica do imperialismo. No que se refere a subjetividade, tratamos aqui das modernas composições e formas se inserir na sociedade enquanto classe trabalhadora, dadas as contemporâneas expropriações vivenciadas. Assim, atualiza-se no mundo moderno as configurações das expropriações. Fontes (2010) ao analisá-las no capital imperialismo traz diferentes reflexões e lança a luz sobre esse “download” das expropriações, compreendendo suas as modernas características no período definido por ela como do “capital-imperialismo multinacionalizado” que

(...) recoloca a contradição entre expansão do capital-monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente (FONTES, 2010, p.74).

É neste cenário de um mundo regido pelo capital imperialista que se desdobra nas esferas sociais, políticas e culturais que hoje encontramos adolescentes que vivem os dilemas e contradições de ser e existir a partir dos boicotes para a sua própria existência. E o que lhes toma na confluência das reorganizações objetivas e subjetivas são efetivamente o que é vivido no seu terreno social. O adolecer não é um processo natural e orgânico que se dá independente da dinâmica social e econômica. Não é possível, dentro do mote imperialista pensar em linearidade do processo de adolecer apenas pela cronologia orgânica. Adolescentes precisam pertencer cultural e socialmente, e toda sorte de esforço lhes é exigido, na mesma medida em que se realizam as diferentes sonegações.

2. Conclusão:

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

Para encerrar essa análise referente a gênese das correntes da Política Socioeducativa, certos de tantas outras inquietações que nos exigem outras análises, retomamos Davis e sua compreensão sobre a base social e econômica de homens, mulheres e jovens pretos em encarceramento

O que estamos testemunhando no fim do século XX é o crescente poder de um circuito de corporações transnacionais que não fazem parte de nenhum Estado-nação específico, das quais não se espera o respeito às leis de determinado Estado-nação e que atravessam fronteiras livremente sempre em busca de maximização dos lucros (2022, p.36)

E segue narrando a história de seu relacionamento com a NIKE, corporação transnacional, registrando sua simpatia a marca na década de 70, o que gerou apego e necessidade de consumir tênis de corrida somente deste fabricante, até descobrir as formas como os calçados eram produzidos, que envolvem a condição dos trabalhadores fabris análoga à escravidão, justamente porque o interesse principal é a ampliação dos lucros, independente dos meios utilizados para tal. Davis conclui que a entrada destas empresas transnacionais em economias periféricas é intencional e está no programa de desenvolvimento do capital imperialista, que pode incluir formas de trabalho que não são novas, tal como as que remetem as condições da escravização de seres humanos e afirma: “o efeito das corporações capitalistas que colonizam países do terceiro mundo é a pauperização. Essas corporações criam pobreza com a mesma certeza que extraem lucros gananciosos” (DAVIS 2002, p.38).

Tratamos então de famílias e adolescentes empobrecidos pela exploração multidimensional do modo de produção capitalista e que constroem seus desejos de consumo a partir do que este mesmo modo de produção determina. A existência social objetiva e subjetiva pode ser entendida como uma existência condicionada pelo capital. Ser, existir e carregar a história da formação social do Brasil em trajetória de vida, e experimentar uma existência condicionada por todas as questões construídas pelo capital, reverbera na necessidade de entendermos a gênese das correntes socioeducativas para, então, elaborarmos as dificuldades de se sustentar o peso que elas mantêm ainda hoje, sem elementos de corrosão pela ação do tempo. E o tempo é sempre construído por homens e mulheres.

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Davis, Angela. **O sentido da Liberdade: e outros diálogos difíceis**, 1 edição. São Paulo: Boitempo, 2022.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 4 edição. São Paulo: Global, 2009.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história**, 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2010.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

LENIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Lisboa, 1984.

Nascimento, A do. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

Autora: Magna Soares Lopes.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense

E-mail: magna_sl@hotmail.com

OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista / O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

Perfil dos Adolescentes e Jovens em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro. CAO Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018. Disponível:<http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1168141/perfildosadolescentesejovensemconflito.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2022.

PRADO Jr., C. A Revolução Brasileira / A questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Relatório da Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: O Sistema Único de Assistência Social. Brasília- DF. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf

Autora: Magna Soares Lopes.
Instituição: Universidade Federal Fluminense
Titulação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense
E-mail: magna_sl@hotmail.com